



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Desenvolvimento Urbano

REQUERIMENTO Nº /2009
(do Sr. Eduardo Sciarra)

Solicita seja realizada reunião de audiência pública para obtenção de esclarecimentos sobre os entraves aos serviços de saneamento, bem como para a discussão de soluções e modelos bem sucedidos nessa área.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o plenário, seja realizada reunião de audiência pública para obtenção de esclarecimentos sobre os entraves aos serviços de saneamento, bem como para a discussão de soluções e modelos bem sucedidos nessa área, para a qual deverão ser convidados os Senhores Raul Graça Couto Pinho, Presidente Executivo do Instituto Trata Brasil; Marcelo Cortes Neri, Coordenador da Pesquisa: Impactos Sociais da Falta de Saneamento nas Maiores Cidades Brasileiras, do Instituto Brasileiro de Economia - Ibre da Fundação Getúlio Vargas – FGV; e Odelmo Leão, Prefeito de Uberlândia - MG.

JUSTIFICAÇÃO

O Instituto Trata Brasil - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, que visa coordenar uma ampla mobilização nacional, para que o País possa atingir a universalização do acesso à coleta e ao tratamento de esgoto encaminhou a esta presidência documento, em que são tratadas questões referentes ao saneamento nos municípios brasileiros, acompanhado de levantamento sobre a evolução das obras de saneamento do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC para cidades com população acima de 500.000 habitantes e o ranking das maiores cidades brasileiras, com população superior a 300.000 habitantes, na oferta de serviços de saneamento.

Com relação ao PAC, destaca o documento que há grande dificuldade no controle social, que seria eficaz instrumento de identificação dos obstáculos que impedem a liberação de verbas, já que informações, no que se refere aos recursos onerosos, não são disponibilizadas pelo Ministério das Cidades e Casa Civil. No tocante aos valores do Orçamento Geral da União, as informações são obtidas por



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Desenvolvimento Urbano

meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, cujos numerários representam apenas 30% dos recursos do PAC para o saneamento.

Os aportes financeiros necessários à universalização do saneamento no Brasil, segundo estudos do Ministério das Cidades, alcançam R\$ 270 bilhões, nos quais não estão incluídos recursos para atender o aumento da população nem a reposição de materiais e equipamentos que, na grande maioria das cidades, já estão com a vida útil vencida há alguns anos.

Considerando-se o prazo de 20 anos para atenuação do déficit no saneamento, seria necessário o investimento de R\$ 13,5 bilhões por ano, sendo que o País tem investido menos de 1/3 dos recursos necessários, ou seja, o déficit continua crescendo ano a ano.

Ressalta o documento em comento que pesquisas contratadas com a Fundação Getúlio Vargas e o Ibope, além dos depoimentos e estudos realizados pela Pastoral da Criança e por profissionais de saúde que apoiam as iniciativas do Trata Brasil, comprovam a gravidade e os males que a deficiência desses serviços causam à população e às finanças dos governos, principalmente os municipais, que gastam mais em saúde e educação e perdem em arrecadação devido à diminuição de atividades turísticas e comerciais, além dos prejuízos ambientais.

Por fim, é destacada a necessidade da participação do Poder Legislativo, no papel de caixa de ressonância das experiências positivas em curso no País, contribuindo de forma efetiva para a divulgação e o convencimento dos administradores municipais para a importância do cumprimento das metas de universalização dos serviços, para que todos os brasileiros tenham esgoto coletado e tratado. No ranking das maiores cidades, essa questão fica evidenciada, pois cidades onde os administradores se empenharam, como, por exemplo, Uberlândia/MG, os avanços foram significativos.

Pelo exposto e por tratar-se de matéria de extrema importância para a população de nosso País, espero contar com o apoio de meus pares para aprovação da presente Proposição.

Sala da Comissão, em de agosto de 2009.

Deputado EDUARDO SCIARRA